



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SFIT
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL – SRTb-DF

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

[REDACTED] COMERCIAL FLORES
GRJ RESTAURANTES E SERVIÇOS LTDA

[REDACTED]

[REDACTED]

BRASÍLIA - DF, 31/01/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SFIT
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL – SRTb-DF

1. EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Auditores-Fiscais do Trabalho

•		CIF:		AFT
•		CIF:		AFT
•		CIF:		COORDENADOR
•		CIF:		AFT

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradores do Trabalho
Agentes de Segurança Institucional

POLÍCIA FEDERAL

Agentes da Polícia Federal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SFIT
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL – SRTb-DF

2. DADOS DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS (EMPREGADORES)

NOME: [REDAZIDO] COMERCIAL DE FLORES

CNPJ: 31.877.157/0001-04

ENDEREÇO/LOCAL DA FISCALIZAÇÃO: NUCLEO RURAL TAGUATINGA CHÁCARA 13 -
BRASÍLIA/DF

CEP: 72.581-460

CNAE: 47.24-5-00 – COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

NOME: GRJ RESTAURANTE E SERVICOS ADMNISTRATIVOS LTDA

CNPJ: 29.846.517/0001-88

ENDEREÇO/LOCAL DA FISCALIZAÇÃO: NUCLEO RURAL TAGUATINGA CHÁCARA 12-
BRASÍLIA/DF

CEP: 72.110-470

CNAE: 56.11-2/01 – RESTAURANTES E SIMILARES

NOME: [REDAZIDO]

CNPJ: [REDAZIDO]

ENDEREÇO/LOCAL DA FISCALIZAÇÃO: NUCLEO RURAL TAGUATINGA CHÁCARA 12 -
BRASÍLIA/DF

CEP: 72.581-460

CNAE: 0122-9/00 – FLORICULTURA

NOME: [REDAZIDO]

CNPJ: 21.294.040/0001-63

ENDEREÇO/LOCAL DA FISCALIZAÇÃO: COL AGRÍCOLA NUCLEO RURAL CHÁCARA 12 LOJA 03
PARTE B - BRASÍLIA/DF

CEP: 72.010-970

CNAE: 47.89-0/04 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS
PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SFIT
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL – SRTb-DF

3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Trabalhadores alcançados pela ação fiscal	63
Empregados sem registro – Total	01
Empregados registrados sob ação fiscal – Homens	01
Empregados registrados sob ação fiscal – Mulheres	00
Trabalhadores em condição análoga à de escravo – Total	00
Trabalhadores resgatados – Total	00
Mulheres em condição análoga à de escravo – Total	00
Mulheres resgatadas – Total	00
Trabalhadores menores de 16 anos encontrados – Total	00
Trabalhadores entre 16 e 18 anos encontrados – Total	00
Trabalhadores menores de 16 anos resgatados	00
Trabalhadores entre 16 e 18 anos resgatados	00
Menores submetidos a piores formas de trabalho infantil	00
Trabalhadores estrangeiros em condição análoga à de escravo	00
Trabalhadores estrangeiros registrados sob ação fiscal	00
Trabalhadores estrangeiros resgatados – Total	00
Mulheres estrangeiras resgatadas	00
Trabalhadores menores de 16 anos estrangeiros resgatados	00
Trabalhadores entre 16 e 18 anos estrangeiros resgatados	00
Trabalhadores indígenas em condição análoga à de escravo	00
Trabalhadores indígenas resgatados	00
Trabalhadores vítimas de tráfico de pessoas	00
Trabalhadores vítimas de exploração sexual	00
Guias de Seguro Desemprego do Trabalhador Resgatado	00
Valor bruto das rescisões	00
Valor líquido das rescisões recebido pelos trabalhadores	00
Termos de Ajustamento de Conduta (MPT/DPU)	00
Valor total dano moral individual	00
Valor dano moral coletivo	00
FGTS mensal recolhido/notificado no curso da ação fiscal	00
Nº de autos de infração lavrados	04
Termos de apreensão de documentos	00
Termos de interdição lavrados	01
Termos de suspensão de interdição	00
Prisões efetuadas	00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SFIT
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL – SRTb-DF

4. DA AÇÃO FISCAL

A ação fiscal foi realizada em atendimento à Ordem de Serviço Nº 11547834-5.

Participaram da ação fiscal os Auditores Fiscais do Trabalho: [REDACTED] CIF: [REDACTED], [REDACTED] – CIF: [REDACTED], [REDACTED] – CIF: [REDACTED] (Coordenador) e [REDACTED] – CIF: [REDACTED]. A ação fiscal também contou com a participação do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal.

A fiscalização “*in loco*” foi realizada no dia 21/08/2024. Ao ingressar nos estabelecimentos, a equipe se apresentou e, em seguida, iniciou a inspeção dos locais e a identificação dos trabalhadores.

Na ocasião, foram vistoriadas as instalações dos estabelecimentos e identificado 01 (um) trabalhador exercendo suas atividades sem que tivesse seu vínculo de trabalho formalizado, ou seja, não estava registrado e nem informado no e-Social.

A equipe constatou algumas irregularidades na área de Segurança e Saúde do Trabalho, mas, em seu conjunto, não caracterizaram condições degradantes de trabalho e vida.

Registre-se que algumas dessas irregularidades constatadas ensejaram na interdição de uma caldeira móvel, da marca COPEC.

A equipe não identificou indicativos de submissão de trabalhadores ao trabalho análogo ao de escravo e, portanto, não houve resgate de trabalhadores.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SFIT
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL – SRTb-DF

5. DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FISCALIZAÇÃO.

A equipe de fiscalização, após ter vistoriado os estabelecimentos, identificado e entrevistado os trabalhadores, notificou os empregadores para apresentarem documentos sujeitos à inspeção do trabalho, com o intuito de exibir à Auditoria-Fiscal do Trabalho documentos relativos à seara trabalhista, inclusive em matéria de saúde e segurança do trabalho.

Também, foi lavrado o Termo de Interdição nº 4.090.691-4 de uma caldeira caldeira móvel, da marca COPEC, no estabelecimento do empregador [REDACTED]

Tal empregador foi autuado por irregularidades referentes às constantes no citado Termo de Interdição, bem como, por admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.

Após notificação expedida pela Fiscalização do Trabalho no dia da inspeção no local, o empregador efetuou o registro do trabalhador (sob ação fiscal).

Após conclusão dos citados procedimentos, a ação fiscal foi encerrada.

6. DOS AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS.

No curso da ação fiscal foram lavrados 04 (quatro) Autos de Infração conforme descrito a seguir.

Auto de Infração nº 229068545 – Ementa 0017752: “Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente, o empregador não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte” (Art. 41, caput, c/c art. 47, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17).

Auto de Infração nº 229068553 – Ementa 2135280: “Deixar de manter caldeira obrigatoriamente sob operação e/ou controle de operador de caldeira” (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c subitem 13.4.3.3, da NR-13, com redação da Portaria MTP nº 1.846/2022).

Auto de Infração nº 229068561 – Ementa: 1318675: “Fornecer equipamentos de proteção individual e/ou dispositivos de proteção pessoal inadequados aos riscos e/ou deixar de mantê-los conservados e/ou em condições de funcionamento” (Artigo 13 da Lei 5.889/1973 c/c item 31.6.3 da NR-31, com redação da Portaria SEPRT nº 22.677, de 22 de outubro de 2020).

Auto de Infração nº 229068588 – Ementa 2135310: “Deixar de realizar inspeção de segurança periódica, constituída de exames internos e externos, nos prazos estabelecidos nos subitens 13.4.4.4 e 13.4.4.5 da NR-13” (Art. 188 da CLT, c/c subitens 13.4.4.4, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, e 13.4.4.5, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, da NR-13, com redação da Portaria MTP nº 1.846/2022).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SFIT
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL – SRTb-DF

7. CONCLUSÃO

No caso em apreço, em consonância com o diagnóstico técnico embasado pelas determinações da Instrução Normativa nº 2/MTP, de 08/11/2021, e de seus indicadores, a equipe concluiu que não havia nos estabelecimentos fiscalizados, no momento da inspeção, evidências de práticas que caracterizassem situações de trabalho análogo ao de escravo. Não foram encontradas irregularidades que, em seu conjunto, caracterizassem condições degradantes de trabalho e vida.

É o relato.

Brasília, 31 de janeiro de 2025.

[Redacted Signature]
Auditora-Fiscal do Trabalho

CIF: [Redacted]